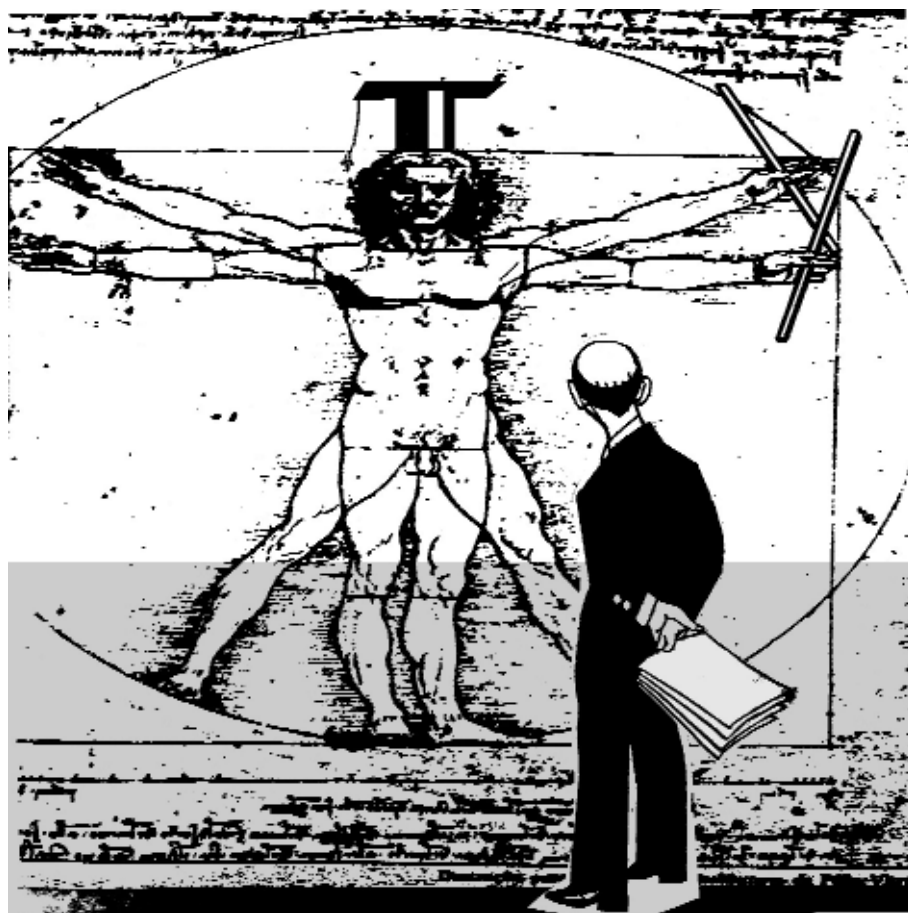


É PRECISO MUDAR O ESTATUTO DA USP

*Professor-associado do Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, **Benedito Honório Machado** tem participado, nos últimos dois anos, do debate sobre a necessidade de reformas no Estatuto da Universidade de São Paulo. Para ele, a estrutura da universidade é arcaica. “É visível a falta de um projeto universitário que norteie os destinos da USP, dentro da perspectiva de uma universidade pública”. Entre outros problemas que o atual Estatuto apresenta Benedito Honório Machado analisa dois dos mais relevantes: a carreira docente e a estrutura de poder na USP.*



Um dos problemas mais frequentes da vida universitária nos últimos anos, particularmente na USP, tem sido a questão salarial. Dentro do movimento de reivindicação salarial as greves têm servido como importantes momentos de reflexão, não apenas sobre o valor financeiro da nossa atividade acadêmica, mas também so-

bre a estrutura arcaica da nossa universidade. É visível para a maioria dos colegas docentes a completa ausência de um projeto universitário que norteie os destinos da USP dentro da perspectiva de uma universidade pública, com abrangências e responsabilidades que transcendam os limites dos nossos campi.

As sucessivas administrações da USP parecem se satisfazer em manter a burocracia e implementar

um ou outro pequeno projeto para atender, na maioria das vezes, interesses clientelistas típicos da tradição político-partidária do país. O conjunto dos professores da USP, representado pela Adusp, não consegue em função da conjuntura adversa travar uma discussão aprofundada que vá muito além dos valores numéricos do hollerith do próximo mês. As adversidades impostas à categoria docente, como discutiremos à frente, pulverizaram o caráter coletivo e solidário que a vida universitária requer e, associadas à inércia burocrática das administrações da universidade, permitiram que hoje nos encontremos numa situação em que cada um dos docentes é estimulado a resolver individualmente questões que seriam necessariamente institucionais, principalmente se considerarmos os objetivos intrínsecos de uma universidade pública.

Dentro da lógica que permeia a vida universitária neste momento alguém ainda poderia dizer que, apesar de todas as adversidades, pelo menos a questão salarial ainda temos em comum. Obviamente todos sabem que atualmente sequer partilhemos as mazelas salariais, pois entre as “adversidades” impostas à categoria docente uma das mais importantes refere-se à sua fragmentação, já que através de mecanismos legais permitiu-se a ruptura do pilar principal de uma universidade pública, que é o regime de dedicação integral à docência e à pesquisa (RDIDP). Com a edição da Portaria nº 3.533, a burla do tempo integral que ocorria de forma ilegal até 1988 passou a partir de então a ser institucionalizada através de assessorias de até oito horas semanais, o que se traduziu em substanciais aumentos nas remunerações de docentes nas instituições que tinham ou têm algum balcão de venda de produtos ou serviços. A partir da opção e da alternativa de soluções financeiras pessoais, é natural que os indivíduos concebem o seu próprio projeto de universidade e como tal é previsível que nestas circunstâncias um projeto amplo e coletivo não seja mais bem visto por aqueles que, em função da flexibilização do RDIDP, começaram a aumentar substancialmente as suas remunerações. As administrações da USP deram ênfase à flexibilização, pois a mesma, além de diminuir as

pressões salariais está em perfeita sintonia com o projeto neoliberal em implantação no país, para o qual cada indivíduo deve buscar o mercado de acordo com a sua “competência”.

Dentro deste quadro ficam claras as dificuldades que temos para trazer para o conjunto da universidade uma discussão tão “árida” quanto a reforma do atual estatuto da USP, uma vez que no momento ele é permissivo e atende aos interesses da administração e permite que aqueles segmentos da universidade neoliberalizados se expressem dentro de um projeto de universidade pública cuja principal característica é não ter compromissos sociais claros e, sim, permitir o uso de “espaços públicos” para a realização de projetos que visam apenas a aumentar a remuneração dos seus integrantes. Privatizar o espaço público dentro da USP já não causa mais estranheza. As fundações de direito privado que se proliferam na maioria das unidades da USP expressam de forma cristalina esta tendência. A própria universidade e seus diferentes segmentos organizados perderam a capacidade de reação e hoje qualquer proposta de reverter este rolo compressor parece um desafio muito além da nossa capacidade de organização.

Durante a greve dos docentes em 1994, importantes discussões foram travadas nas assembléias realizadas no Campus da USP de Ribeirão Preto. Em várias assembléias diferentes docentes manifestaram que o movimento reivindicatório conduzido pela Adusp era equivocado, pois argumentavam que a realidade da maioria das unidades profissionalizantes da USP, em função da Portaria nº 3.533, era diferente das greves anteriores e que naquele momento o salário pago pela USP para uma parcela expressiva dos seus docentes não ultrapassava 40% dos seus rendimentos mensais. Em função disso, estes indivíduos não poderiam aderir à greve, pois os seus problemas de remuneração já estavam “resolvidos”. Em função destas discussões, um grupo de docentes coordenados pela Adusp de Ribeirão Preto passou a estudar o atual estatuto da USP com o objetivo de iniciar as discussões sobre seu processo de reforma. A partir de então este grupo de trabalho não apenas estudou, mas também orga-

Com a edição da Portaria nº 3.533, a burla do tempo integral que ocorria de forma ilegal até 1988, passou a partir de então a ser institucionalizada através de assessorias de até oito horas semanais, o que se traduziu em substanciais aumentos nas remunerações de docentes nas instituições que tinham ou têm algum balcão de venda de produtos ou serviços.

nizou o Simpósio Estatuto da USP: É Hora de Mudar?, cujo caderno estará sendo publicado brevemente pela Adusp, com o objetivo de amplificar esta discussão a todos os campi da USP.

A análise detalhada do atual estatuto da USP por aquele grupo de trabalho mostrou distorções na estrutura de poder da universidade que atendem perfeitamente aos interesses dos grupos detentores do poder central da universidade. Como alguém lembrou: aquele era o estatuto possível para o ano de 1988, dadas as circunstâncias da política interna da USP naquela época. A pergunta, no entanto, que permanece para ser respondida é se este estatuto continua sendo nos dias de hoje, o máximo possível para a USP.

Carreira docente e estrutura de poder

Entre os diferentes problemas que o atual estatuto da USP apresenta gostaria de discutir os dois que a mim parecem ser os mais relevantes e que são interdependentes: a carreira docente e a estrutura de poder na USP. O atual estatuto estabelece que apenas 10% do quadro são ou serão competentes o suficiente para se tornarem professores titulares. Ainda que o perfil acadêmico do professor titular não esteja definido em qualquer artigo do estatuto ou mesmo dos regimentos das unidades, estabelece-se por critérios que certamente não são acadêmicos, que poucos podem atingir o topo da carreira. A ausência do perfil acadêmico do professor titular permite que as conveniências políticas dentro de cada unidade defina momento a momento o perfil adequado para o próximo titular. Isto implica que na maioria dos concursos o candidato ao cargo de professor titular é o único inscrito, indicando que algo de errado existe neste sistema estranho de promoção acadêmica. Por outro lado, a ausência de um perfil acadêmico definido para as diferentes áreas do conhecimento dentro das universidades permite que diferenças gritantes existam entre a estatura acadêmica de titulares de diferentes Departamentos e Unidades da USP. Portanto, os critérios políticos de conveniência para a manutenção do atual status de poder na USP, são em muitos casos um fator determinante

da ascensão ao topo da carreira. Obviamente estes aspectos do atual estatuto são negados pela administração e pela grande maioria dos professores titulares, mas certamente não são ignorados pela maioria da comunidade docente.

Estas distorções no processo de ascensão na carreira visam a vários objetivos, os quais em essência têm muito pouco de acadêmico. Ter acesso ao segmento de aproximadamente 600 docentes titulares

da USP significa, na maioria dos casos, acesso ao poder político desta instituição mais do que efetiva liderança acadêmica nas diferentes áreas do conhecimento. Os diretores de unidades, os chefes de departamentos, os representantes das congregações, e conseqüentemente o Conselho Universitário, são constituídos na sua grande maioria por um pequeno grupo de professores titulares que se mantém na órbita do poder indefinidamente, gerando um grande ciclo vicioso, que da ótica do atual estatuto não tem saída. E dentro da sua lógica não é para ter saídas mesmo. O estatuto de 1988 ainda que tenha aumentado a representação das categorias docentes nas congregações, transferiu o núcleo decisório para os restritos CTA's nos quais os chefes de Departamentos

decidem temas relevantes como o orçamento, enquanto as congregações se tornaram "cartórios" de homologação de bancas e concursos. Diante disso, fica fácil entender o esvaziamento das congregações, com muitas delas tendo freqüentemente dificuldades para atingir e manter o quorum.

Romper com a atual estrutura da carreira docente onde apenas o vértice da pirâmide tem poder de fato, implica rever o modelo de universidade que queremos e para quem a queremos. Portanto, a carreira aberta na qual os professores possam ser promovidos a titulares em função da sua vida acadêmica, através de concursos públicos, poderá não apenas estimular mais docentes a se manterem na vida universitária como certamente representará uma alteração substancial na estrutura de poder da universidade, com reflexos positivos no conjunto de todas as atividades universitárias. A carreira aberta certamente irá rejuvenescer o pensamento predominante hoje nos restritos círculos de poder da USP. Poderia



também elevar de forma expressiva o número de titulares exclusivamente promovidos por méritos acadêmicos, os quais naturalmente seriam menos comprometidos com os aspectos políticos menores que hoje predominam. A universidade dessa forma estaria muito mais oxigenada e certamente estaria melhor preparada para enfrentar desafios internos e externos, que atualmente sequer são mencionados. Ainda com relação às distorções da atual carreira docente é importante notar que uma parcela daqueles que se tornam professores titulares atualmente não o faz com intenções de ocupar cargos ou exercer o poder, mas simplesmente com o objetivo de se aposentar tão logo quanto possível com uma condição salarial melhor. Nas duas situações não tem sido a motivação acadêmica a propulsora das carreiras e certamente estas distorções precisam ser revistas com urgência.

Apesar destes fatos, é inegável que os integrantes da estrutura de poder da USP, baseada na atual carreira docente, não cogitam qualquer mudança nas regras, pois o sistema tem atingido plenamente os seus objetivos. Por outro lado, a organização dos docentes neste momento não tem fôlego para uma empreitada maior, que force uma revisão profunda do estatuto e, sendo assim, contemplamos um sistema universitário perverso que não é capaz de, a partir das bases, influenciar decisões que neste momento se restringem ao seletivo grupo de membros do Conselho Universitário que continuarão por muito tempo soberanos.

Um outro aspecto não menos relevante na atual estrutura da USP refere-se ao cargo de Reitor. Antes de mais nada é fundamental neste momento que a comunidade da USP responda em alto e bom som a quem o Reitor deve servir. É lamentável que os diferentes ocupantes da Reitoria tenham feito a opção preferencial pelo ocupante do Palácio dos Bandeirantes, seja ele quem for. A propalada autonomia universitária nestas circunstâncias tem valido de nada, pois os Reitores não foram eleitos de forma universal e os seus compromissos se restringem ao ciclo vicioso dos titulares anteriormente mencionado, e como tal é pouco provável que qualquer Reitor da USP terá autoridade suficiente para que, legitimamente, em nome da comunidade universitária, possa se contrapor aos desejos do Governador do Estado.

A mudança do processo de escolha do Reitor requer discussões que passam necessariamente pela reforma do estatuto. Sempre que a discussão é levantada na época das eleições “os candidatos” se manifestam contra o casuísmo e alguns se comprometem a retomar o tema tão logo estiverem empossados na Reitoria. No entanto, mandatos se passam sem que a discussão seja iniciada e assim o ciclo se eterniza. No atual sistema eleitoral para a escolha do Reitor a comunidade assiste perplexa ao desfile

de candidatos com propostas e práticas políticas que fazem inveja aos coronéis da pior tradição política brasileira. Neste “vale-tudo” eleitoral o clientelismo político predomina, de forma que a universidade reproduz no seu meio as práticas políticas mais condenáveis do cenário político nacional. A diferença é que aqui não se assumem tais práticas como sendo políticas, mas meramente “acadêmicas”.

Os candidatos a Reitor, em geral, membros antigos do Conselho Universitário já praticam o poder de alguma forma e perder ou ganhar eleições para Reitor, em essência, não significa muito em termos da estrutura de poder, a não ser as disputas internas entre grupos por este ou aquele pequeno segmento de poder. Compromissos com a comunidade e um projeto maior de universidade são atualmente desnecessários, pois cabe aos seletos membros do grupo de poder apenas alimentar o próprio ciclo e se possível lustrar as suas vaidades pessoais. Mudar as regras atuais continuará a ser sempre para este grupo, um projeto de profissionais da esquerda que visam sempre a desestabilizar um modelo de universidade “eficiente” como a USP. Ferir os interesses do seletivo grupo significa ferir a honra universitária.

O ocupante do cargo de Reitor não precisa, no meu entendimento, ser necessariamente professor titular e neste caso, diferente de todos os demais cargos, entendo que o Reitor deva ter um cargo mais político do que acadêmico, porque cabe a ele gerenciar conflitos internos e estabelecer políticas que permitam à universidade interagir com os diferentes segmentos da sociedade. Para isto é indispensável a representatividade legítima e isto somente será possível se ele for eleito pelos seus pares. Caso contrário, ele continuará sendo simplesmente um interlocutor confiável do Palácio dos Bandeirantes e a USP, uma instituição servil às eventuais políticas neoliberais de plantão.

Apesar do ceticismo em relação a mudanças substanciais no atual estatuto, acredito que elas serão possíveis se a Adusp e os representantes docentes nos diferentes órgãos colegiados se manifestarem sistematicamente nesta direção. O sucesso do Simpósio – “Estatuto da USP: É Hora de Mudar?” realizado no mês de maio deste ano em Ribeirão Preto é sinal de que uma parcela expressiva da nossa comunidade está sensível ao tema. Para que as condições políticas necessárias para o início do processo de revisão do atual estatuto se concretizem, é necessário que todos aqueles que ainda acreditam num projeto de universidade pública de qualidade se unam para forçar o Conselho Universitário e a Reitoria no sentido de abrir a discussão. Caso não seja possível, continuo acreditando que enquanto universitários temos a obrigação individual de continuar apontando os erros de qualquer sistema, ainda que forças maiores da natureza muitas vezes nos impeçam de transformá-los.